

# DAS PLANTATIONS CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO

FROM CANE PLANTATIONS TO THE SETTLEMENTS: AGRICULTURAL REFORM IN  
BREJO PARAIBANO

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255773>

Caterine Soffiati Cabral

*caterinesoffiati@gmail.com*

Universidade Federal da Paraíba – UFPE

João Pessoa – Paraíba - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5097-0983>

Patrícia Alves Ramiro

*patriciaalvesramiro@gmail.com*

Universidade Federal da Paraíba – UFPE

João Pessoa – Paraíba - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6917-6106>

## Resumo

O presente artigo descreve os impactos na estrutura fundiária, nos regimes de propriedades e na produção de lavouras antes e depois da reforma agrária na região do Brejo paraibano, a qual, no início dos anos noventa passou por grandes transformações sociais em decorrência da falência da Usina Santa Maria. Proprietária de cerca de cinco mil hectares, os quais, através da luta pela reforma agrária foram reconvertidos em dez assentamentos rurais. Para tanto, nos baseamos em diversas fontes de pesquisa que se complementam, em especial, em depoimentos coletados via pesquisa de campo na região e em certidões de propriedades adquiridas e/ou arrendadas que se encontram sob a guarda do

CABRAL, Caterine Soffiati; RAMIRO, Patrícia ALVES. DAS *PLANTATIONS* CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p.19-31 2022. Disponível em < <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255773>>

Acervo Documental da Usina Santa Maria no arquivo central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os resultados evidenciam que a transformação da área da plantation canavieira (terra de negócio) em assentamentos (terra de trabalho) gerou impactos desde a estrutura fundiária dos municípios como nas condições alimentares da população.

**Palavras-chave:** reforma agrária; brejo paraibano; usina Santa Maria.

### Abstract

This article describes the impacts on the land structure, property regimes and crop production before and after the agrarian reform in the Brejo region of Paraíba, which, in the early nineties, underwent major social transformations as a result of the failure of the Plant Santa Maria. Owner of about five thousand hectares, which, through the struggle for agrarian reform, were reconverted into ten rural settlements. In order to do so, we rely on several research sources that complement each other, in particular, on testimonies collected via field research in the region and on certificates of acquired and/or leased properties that are under the custody of the Documental Collection of Usina Santa Maria in the central archive of the Federal University of Paraíba (UFPB). The results show that the transformation of the sugarcane plantation area (business land) into settlements (work land) generated impacts from the land structure of the municipalities as well as the food conditions of the population.

**Keywords:** agrarian reform; brejo paraibano; usina Santa Maria.

Submetido em 22 de setembro de 2022  
Aceito em 01 de dezembro de 2022

### Introdução

Este trabalho mostrará como foi o processo de auge e declínio de uma usina sucroalcooleira no Estado da Paraíba até a desapropriação de suas terras para implantação de dez assentamentos rurais de reforma agrária<sup>1</sup>. Através de uma perspectiva histórica e sociológica, abordaremos o caso da usina Santa Maria, instalada no ano de 1931 e falida no início dos anos 1990, na região do Brejo, no agreste paraibano. Com a falência da usina, milhares de trabalhadores ficaram desamparados e através da

<sup>1</sup> Pesquisa inserida no projeto “Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI”, coordenado por Patrícia A. Ramiro, que conta com apoio financeiro da Chamada interna produtividade em pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB (Edital nº 03/2020), da Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ (Edital nº09/2021- DEMANDA UNIVERSAL) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNCT nº 18/2021- UNIVERSAL).

mobilização de agentes de diversos segmentos sociais que se juntaram num Comitê de apoio aos trabalhadores da usina Santa Maria, as terras da usina foram reconvertidas em assentamentos nos municípios de Pilões, Areia e Serraria.

Tal reconfiguração do espaço rural das *plantations* canavieira era inimaginável na época das pesquisas realizadas na mesma região por Manuel Correia de Andrade, fonte fundamental para compreensão do processo de transformações do Nordeste brasileiro nos anos 1950 e, posteriormente, pesquisada por Afrânio Garcia Jr. (1989) no auge dos plantios canavieiros subsidiados pelas políticas públicas da ditadura militar na segunda metade dos anos 1970.

O início dos anos 90 é marcado pela crise do setor açucareiro nordestino, quando diversas usinas entraram em falência (L'ESTOILE;SIGAUD, 2006; MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013) e novas reconfigurações sociais foram necessárias. O presente artigo descreve os impactos na estrutura fundiária, nos regimes de propriedades e na produção de lavouras antes e depois da reforma agrária na região.

Do ponto de vista metodológico, foram utilizadas pesquisas de campo na região do Brejo, quando nos valem da observação participante e da realização de entrevistas gravadas, além do uso de dados secundários obtidos por instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de documentos históricos da usina Santa Maria, pertencentes ao Acervo Documental da Usina Santa Maria, que está em fase de organização.

### **Panorama histórico da usina Santa Maria e sua expansão territorial**

A Usina Santa Maria, construída no município de Areia, pertencente à região do Brejo Paraibano, que possui características físicas e ecológicas propícias ao cultivo da cana de açúcar (ALMEIDA,1980). Sua primeira produção foi registrada na safra de 1931/1932, produzindo no total 5.400 sacos de açúcar. A usina ocupava aproximadamente 600 hectares de terras, que não foram expandidas durante duas décadas.

Em pesquisa de campo, realizada em 1957, Andrade (1997) e sua equipe, constataram que a expansão territorial da Usina Santa Maria ocorreu a partir de 1952 quando foi adquirida pelo novo proprietário, Solon Lyra Lins, que já possuía outras propriedades na região, passando a usina a dispor

CABRAL, Caterine Soffiati; RAMIRO, Patrícia ALVES. DAS *PLANTATIONS* CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p.19-31 2022. Disponível em < <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255773>>

de aproximadamente 1.000 hectares de terras próprias. Andrade (1997) evidenciou que a Usina Santa Maria possuía uma área natural de expansão, pois nas terras da usina os riachos eram permanentes e sua topografia íngreme, apesar de impossibilitar a mecanização da lavoura, facilitava a irrigação feita por gravidade, e que a cultura de subsistência perderia o espaço para a cana-de-açúcar.

A partir da análise dos documentos como certidões de propriedades e escrituras públicas de compra e venda de propriedades<sup>2</sup> da Usina Santa Maria é notório que as constatações de Andrade se concretizaram. Nos anos 1960, a usina expandiu e adquiriu três novas propriedades, chegando a ter, aproximadamente, 1.500 hectares. Mas, foi na década de 1970, que a usina adquiriu a maior quantidade de propriedades da sua história, chegando a comprar quase 3 mil hectares de terras só nessa década, no mesmo período foram implementados dois programas para o setor, o Planalsucar do do Instituto Nacional do Álcool (IAA) e o Proálcool.

A produção de açúcar da Usina Santa Maria era extremamente inferior à média de produção nacional. Como destacado por Garcia Jr. (1989), somente na safra de 1969/70 a usina atingiu a produção de 100 mil sacos de açúcar, que foi a média nacional na safra de 1953/54. Quando a Usina Santa Maria atingiu a produção de 100 mil sacos de açúcar, a média nacional girava em torno de 270.500 sacos.

Segundo documentos, no ano de 1987, a propriedade da usina nomeada de Mercês possuía 254,75 hectares destinados a cana (socas e planta), sendo que a propriedade possuía no total 300 hectares. Cabe destacar que na mesma propriedade existiam 29 casas de moradores, que representam a relação de morada típica das regiões canavieiras do nordeste do Brasil. Importante destacar que o termo morar na região canavieira nordestina possui um significado diferente de habitar, morar é um termo que envolve uma relação particular entre casa e trabalho, na qual o morador se encontra em uma relação de sujeição com o senhor-de-engenho por morar dentro do seu domínio, na qual está implícito o ato de trabalhar nas terras do proprietário da morada (PALMEIRA, 1977; GARCIA JR., 1989). O que se relaciona com o conceito de terra de negócio, ou seja, quando o capital se apropria

<sup>2</sup> Documentos do Acervo Documental da Usina Santa Maria sob guarda do projeto “XXX” em fase de organização e digitalização.

da terra e a transforma em terra de exploração do trabalho alheio daqueles que não tem terra (MARTINS,1980).

A propriedade Mercês tinha quase toda a sua área era utilizada para a cana-de-açúcar sendo um exemplo do que ocorria no período de expansão canavieira, na qual “a cana chega até a biqueira da casa”, expressão utilizada pelos ex-moradores, para referenciar que a cana tomava todo espaço do roçado<sup>3</sup>. Como explica a entrevistada J.<sup>4</sup>, "era o partido da cana, então a gente não tinha o direito de plantar outras culturas para que a gente pudesse comer também, cuidar da alimentação”. A perda do roçado significou a falta de alimentos e de nutrição para as famílias nordestinas das zonas da cana, como descreveu o sociólogo francês Linhart “com as grandes fábricas (usinas) e a monocultura açucareira de exportação, o flagelo da monotonia alimentar abateu-se sobre a população” (1981, p.40).

Devido a necessidade das usinas de adquirirem cada vez mais terras para aumentar a área canavieira, a Usina Santa Maria além de expandir através da compra de propriedades, também realizava contratos de arrendamento rurais com propriedades em seu entorno. A finalidade dos contratos de arrendamentos rurais, como descrito nas cláusulas, é especificamente a exploração agrícola de cana de açúcar.

Cabe destacar que além das propriedades próprias e das propriedades arrendadas, as usinas também utilizavam canas provindas de fornecedores<sup>5</sup>. Na Usina Santa Maria, assim como no Nordeste em geral, os fornecedores produziam grande parte das canas moídas (ANDRADE, 1989). Na safra de 1977/1978, por exemplo, na Usina Santa Maria 95% da cana moída provinha dos fornecedores (GARCIA JR., 1989). É necessário pontuar sobre os fornecedores, pois eles evidenciam

<sup>3</sup> Os moradores em alguns casos possuíam o direito ao roçado, que era o local destinado ao cultivo de “produtos para subsistência doméstica, culturas temporárias que só ocupam o terreno por um ano ou dois” (GARCIA JR.,1989, p.39).

<sup>4</sup> Líder do assentamento União. Entrevista realizada por: Luciana Chianca, Marilda Menezes, Edgard Malagodi e Afrânio Garcia Jr. Transcrição: Caterine Soffiati (PIBIC/CNPq) e Maria C. de Menezes (PIVIC/CNPq).

<sup>5</sup> Segundo Andrade (1986) os fornecedores são divididos em duas categorias, os fornecedores proprietários: fornecedores que cultivam em suas próprias terras, podendo fornecer para mais de uma usina. E os fornecedores rendeiros: fornecedores que alugam engenhos da usina para plantar, e só podem vender para a usina proprietária da terra. Pagam cerca de 15% ou 20% da renda da produção ao usineiro.

que o domínio de uma usina vai além de suas propriedades, impactando diretamente outras propriedades localizadas.

Importante destacarmos que a força de trabalho das usinas de açúcar do Nordeste era formada por dois grupos: os trabalhadores agrícolas e os trabalhadores ligados à parte industrial. Andrade (1997) constatou que, em 1957, a Usina Santa Maria possuía 50 trabalhadores industriais, destacando que esses trabalhadores não eram especializados, como nas usinas de Pernambuco ou do Vale do Paraíba, que possuíam químicos e agrônomos.

Entre os trabalhadores agrícolas era comum a figura do morador, que representa a relação de morada típica das regiões canavieiras do nordeste do Brasil, conforme esclarecido anteriormente. O morador aparece nas documentações do acervo da usina, por exemplo, no caso da propriedade Mercês, que possuía 29 casas de moradores em 1987, numa área total de 300 hectares, sendo que dessa área 254,75 hectares eram destinados a plantação de cana (socas e planta). Tal situação é um exemplo concreto do que Andrade (1997) constatou já nos anos 1950, ou seja, a percepção de que a cana iria tomar o espaço das plantações de subsistência.

Ressalta-se o papel do Estado, através dos programas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na expansão do setor açucareiro nacional, expansão tanto do setor industrial, como do setor agrícola. Tamás Szmrecsányi (1979) escreve que nos anos 1960 o IAA lança o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, no qual referia-se ao reaparelhamento das usinas já existentes e quotas para a construção de novas usinas, tendo como meta principal a produção de 100 milhões de sacos de açúcar por safra. Já nos anos 1970, Szmrecsányi (1979) explica que o IAA implementou diversos programas para o setor, entre eles, o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira de 1971, e o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira de 1973, que permitiram pela primeira vez na história do IAA uma profunda intervenção na produção agrícola. Na mesma década foi instituído o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975, que visava uma rápida expansão da produção de álcool no país "através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, de modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras" (SZMRECSÁNYI, 1979, p.438).

CABRAL, Caterine Soffiati; RAMIRO, Patrícia ALVES. DAS PLANTATIONS CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO. *Revista Urbano & Rural*, Recife, v. 07, n. 02, p.19-31 2022. Disponível em < <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255773>>

A implementação do Proálcool na Paraíba gerou o crescimento na produção de açúcar no estado, expansão das destilarias de álcool (anexas e autônomas) e expansão dos canaviais (ARAGÃO; PAKMAN, 1991). No caso da Usina Santa Maria, os recursos do programa permitiram a criação de sua destilaria de álcool anexa, em 1978, intitulada de Santa Maria. Segundo documentos, obtidos em pesquisa de campo, a maior produção de açúcar e álcool da Usina Santa Maria ocorreu durante a vigência do Proálcool, tendo produzido cerca de 600.000 mil sacos de açúcar na safra de 1982/1983, e aproximadamente 12 mil metros cúbicos de álcool na safra de 1986/87.

### **A falência da usina Santa Maria e a formação dos assentamentos rurais**

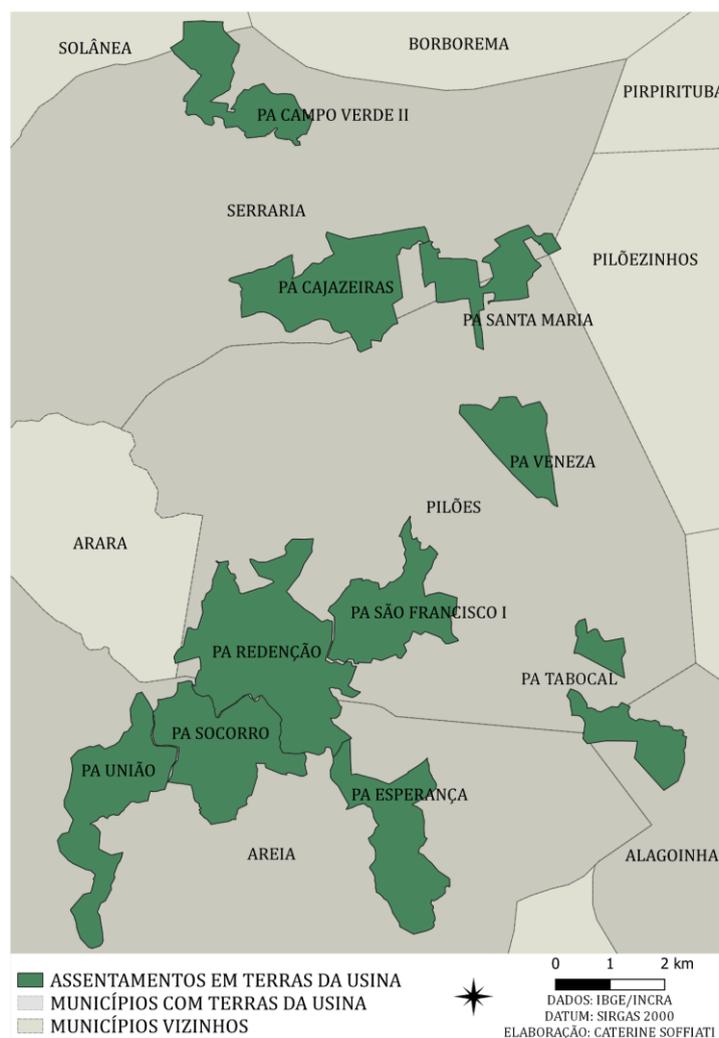
No início da década de 90 inicia-se a crise no setor açucareiro nacional e o encerramento do IAA, destaca-se que a crise não atinge as regiões e usinas da mesma maneira, no caso da Paraíba a crise possuía uma complexidade maior, “face à grande dependência do estado dessa atividade econômica e, mais ainda, por ser esta a sua principal atividade agro-industrial, em termos de valor da produção, do número de empregos criados e um dos pilares de sustentação da economia local” (LIMA; ARAGÃO, 1999, p.89). Na safra de 1988/1989 o estado da Paraíba possuía 16 unidades industriais, sendo 7 usinas e 9 destilarias autônomas, mas, na safra de 1993/1994, esse número cai para 9 unidades industriais, formadas por 4 usinas e 5 destilarias autônomas (LIMA; ARAGÃO, 1999).

Entre as usinas falidas durante a crise do setor, estava a Usina Santa Maria, na qual enfrentou um longo processo de falência, iniciado no ano de 1990 até a safra de 1993/1994 quando a usina paralisou definitivamente a sua atividade produtiva. A falida Usina Santa Maria deixou uma dívida de 24,7 milhões de reais com o Banco do Brasil e aproximadamente 5 milhões de dólares em dívidas trabalhistas (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013). A usina enfrentou vários processos trabalhistas, principalmente durante seu período de declínio, sendo alguns dos motivos das reclamações o não pagamento de direitos trabalhistas ou pagamento incompleto (BERNARDO, 2021).

Abandonadas à esmo, sem o recebimento dos direitos trabalhistas, nesse contexto de espera das decisões judiciais e a situação de extrema pobreza, muitas famílias recorrem às migrações para

outros municípios ou estados. Outras famílias que não possuíam as disposições necessárias para migrar em busca de outra opção de trabalho, permaneceram nas terras e recorreram à estratégia de plantar para garantir a sobrevivência. A partir das diversas estratégias adotadas pelos ex-trabalhadores e o envolvimento ativo de pessoas de diferentes setores da sociedade civil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizou a desapropriação das terras da Usina Santa Maria, formando dez assentamentos rurais de reforma agrária, totalizando 4.269,86 hectares, abrigando 416 famílias, nos municípios de Areia, Pilões e Serraria, como vemos na figura 1 a seguir:

**Figura 1: Assentamentos rurais em terras da usina Santa Maria, falida em 1992**



CABRAL, Caterine Soffiati; RAMIRO, Patrícia ALVES. DAS *PLANTATIONS* CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p.19-31 2022. Disponível em < <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255773>>

Os assentamentos Veneza, São Francisco I e Santa Maria foram criados em novembro de 1997. Já os assentamentos Esperança, União, Redenção, Campo Verde II, Cajazeiras e Tabocal, foram implementados em dezembro de 1997. O assentamento rural Socorro, localizado onde ficava o parque industrial da usina, foi criado posteriormente, em dezembro de 1999.

Relacionando a área total de cada um dos municípios, segundo os dados do IBGE (2021), com a quantidade de hectares da usina transformados em assentamentos rurais em cada município, de acordo com os dados do INCRA (2014) temos que, no município de Areia os 1.053,47 hectares destinados à reforma agrária representam cerca de 3,9% do território total do município. Em Serraria, foram 991,23 hectares reconvertidos em assentamentos, o que representa 15,23% do total de terras do município. Já em Pilões, os assentamentos ocupam 1.986,35 hectares, que representam aproximadamente 30,29% do território do município. A reforma agrária<sup>6</sup> modificou a estrutura fundiária dos municípios, principalmente o de Pilões, como vemos na tabela 1:

---

<sup>6</sup> Destacando que o município de Pilões além dos assentamentos em terras da antiga Usina Santa Maria, o município possui mais 2 assentamentos o Florestan Fernandes e o Josué de Castro, que juntos ocupam 756,29 hectares. Esses 2 assentamentos estão em terras de antigos fornecedores de cana para a Usina Santa Maria, o engenho Poções e o Engenho Pinturas. Se considerarmos os assentamentos em terras da usina e os assentamentos em terras de fornecedores temos que, as terras destinadas à reforma agrária no município ocupam 2.742,64 hectares, que representam especificamente 41,82%, de todo território do município.

**Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área no município de Pilões, nos anos de 1985 e 2017**

Grupo de área	1985	2017
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	0	3
De 0,1 a menos de 0,2 ha	0	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	0	0
De 0,5 a menos de 1 ha	15	4
De 1 a menos de 2 ha	43	54
De 2 a menos de 5 ha	79	275
De 5 a menos de 10 ha	41	161
De 10 a menos de 20 ha	30	21
De 20 a menos de 50 ha	10	5
De 50 a menos de 100 ha	11	3
De 100 a menos de 200 ha	9	4
De 200 a menos de 500 ha	13	0
De 500 a menos de 1.000 ha	1	0
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>530</b>

Fonte: Censo agropecuário IBGE (1985 e 2017).

Os dados são de dois períodos históricos distintos, o primeiro durante o auge do Proálcool (1985) e o segundo após a reforma agrária na região (2017). Os dados evidenciam que a estrutura agrária do município foi modificada, comparando o ano 2017 com o de 1985 temos que o município extinguiu propriedades de 200 a 1.000 hectares. Em relação às propriedades de 10 a menos de 100 hectares, ocorreu uma queda de aproximadamente 43%. As propriedades de 5 a menos de 10 hectares aumentaram consideravelmente, cerca de 292%, as propriedades de 2 a menos de 5 hectares tiveram um aumento significativo, aproximadamente 210%.

O município de Pilões também é o maior em relação a quantidade de famílias assentadas, possuindo 191 famílias assentadas, que representam cerca de 45,91% do total de famílias assentadas em terras que eram da usina. O município de Areia abriga cerca de 33,66% das famílias, especificamente 140 famílias. Já o município de Serraria abriga 85 famílias, o que representa 20,43%.

Além das modificações na estrutura fundiária, a reforma agrária na região gerou a transformação no regime da propriedade e, seguindo a definição de Martins (1980), podemos

considerar as terras dos assentamentos, como terra de trabalho, na qual a propriedade é um instrumento para quem nela trabalha. Em pesquisa de campo no assentamento rural União, temos que a terra que anteriormente era ocupada por plantações de cana, atualmente é ocupada por diversos cultivos, como descrito em entrevista pelo assentado H. que informou haver em seu lote plantações de banana, macaxeira, batata doce, abóbora, coentro, capim (para o gado), cana-de-açúcar, feijão de corda, feijão carioca e milho. (H.<sup>7</sup> 59 anos, casado, morador do assentamento União). A assentada N. afirmou possuir plantações de macaxeira, feijão, milho, coentro, cebola, espinafre, couve, tomate e banana (N.<sup>8</sup>, moradora do assentamento União, 47 anos).

A diversidade da lavoura e a liberdade de cultivar roçados impactam diretamente nas condições alimentares dos assentados, como afirmou J. “hoje nós temos uma variedade de alimentos, a gente mesmo produz para o consumo” (J., 36 anos, casada, moradora do assentamento União)<sup>9</sup>, o que difere da situação vivenciada no tempo da usina, na qual “algumas vezes perdidas eles davam um pedaço pequeno ao redor de casa para que a gente pudesse plantar um pouco de macaxeira, de feijão e milho, mas nem todo mundo tinha esse privilégio” (J.<sup>10</sup>, 36 anos, casada, líder do assentamento União). Evidenciando o que Andrade (1980) já alertava em suas obras, o latifúndio e o agravamento do baixo nível alimentar da população brasileira.

### Considerações finais

As terras da Usina Santa Maria marcadas pelas áreas de *plantation* canavieira foram transformadas em terras de reforma agrária, ocorrendo assim modificações nos regimes de propriedades, de terra de negócio a terra de trabalho. Essa modificação é visível na própria paisagem da região, na qual onde se tinha o domínio da cana hoje existem diversas lavouras. Além disso, a política de reforma agrária na região gerou importantes transformações no cotidiano de ex-trabalhadores/assentados, principalmente em relação ao trabalho, alimentação, e o fim da relação de

<sup>7</sup> Entrevista realizada em 2017.

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 2017.

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 2018.

<sup>10</sup> Entrevista realizada em 2018.

sujeição (RAMIRO et al., 2019). Os fatos apresentados consolidam assim, o que Manuel Correia de Andrade, defendeu durante sua carreira, a reforma agrária no lugar do latifúndio, pois só a partir da solução do problema da terra as principais questões que entravam o país podem ser solucionadas (ANDRADE, 1980).

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: Memórias de um município**. 2. ed., João Pessoa : Ed. Universitária UFPB, 1980.

ANDRADE, M. Correia de. **O rio Mamanguape**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ANDRADE, M. Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PAKMAN, Elbio Troccoli. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia**, Campina Grande, n. 8, p. 113-114, 1991.

BERNARDO, Vilma Pires. **Conflitos trabalhistas na agroindústria açucareira no Brejo Paraibano**. Orientadora: Patrícia Ramiro. 2021. TCC (graduação)- Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21740/1/TCC%20VILMA%20PIRES%20BERNARDO.pdf>. Acesso em 06/04/2022

GARCIA Jr., Afrânio R.. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. – São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021

LIMA, Ricardo Ribeiro de; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha. Modernização e crise do setor sucroalcooleiro da Paraíba. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia**, vol. 156, n. 19, p. 88-100, 1999.

CABRAL, Catherine Soffiati; RAMIRO, Patrícia ALVES. DAS *PLANTATIONS* CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p.19-31 2022. Disponível em < <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255773>>

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome**: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**:a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MENEZES, M.; MALAGODI, E; MOREIRA, E. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto** (Rio de Janeiro), v.2,n.2, p. 103-114,1977.

RAMIRO, Patrícia. *et al.* Representações sobre a reforma agrária no Brejo Paraibano. **Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 202-220, jul./dez. 2019.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil**:(1930-1975). São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas,1979.

CABRAL, Caterine Soffiati; RAMIRO, Patrícia ALVES. DAS *PLANTATIONS* CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p.19-31 2022. Disponível em < <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255773>>